

GESTÃO DE RISCOS EM ARQUIVOS: DIAGNÓSTICO PROPOSITIVO COM ESTRATÉGIAS PARA A PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Elson Nalon Lopes (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Patrícia Ladeira Penna Macêdo (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Bruno Ferreira Leite (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Uma das maiores instituições de ensino superior do Brasil, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) completou - no ano de 2020 - um século de existência. Diante desse fato, a instituição possui um enorme patrimônio documental acumulado durante o seu período histórico, onde representa a história da Universidade e mantém viva sua memória.

Durante os últimos anos, parte considerável do acervo da Universidade foi perdida em três grandes incêndios nos campi da instituição. O primeiro ocorreu em março de 2011³⁹, e atingiu o Palácio Universitário, na Praia Vermelha, zona sul do Rio de Janeiro. O segundo ocorrido em outubro de

³⁹ Fonte: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/03/incendio-atinge-predio-da-ufrj-na-zona-sul-do-rio-dizem-bombeiros.html>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

2016⁴⁰, no edifício da Reitoria da instituição, localizado na Ilha do Fundão, e destruiu praticamente toda Pró-Reitoria de Pessoal. As estimativas da instituição contam que houve a perda de seis mil unidades de processos administrativos⁴¹, além de outros milhares de documentos neste sinistro; o terceiro, ocorrido em 2 de setembro de 2018⁴², atingiu o Museu Nacional, causando enorme destruição no acervo museológico e a total perda do acervo arquivístico do órgão. Tais ocorrências demonstram que a Universidade tem um longo caminho a percorrer referente às políticas de preservação do seu patrimônio documental. Sendo assim, um dos principais desafios no início deste século na existência da instituição é avançar em políticas institucionais para preservação de sua produção documental.

Dar acesso e conservar documentos é um grande desafio para as instituições públicas. Diante disso, é perceptível a necessidade da preservação da documentação armazenada nos arquivos, uma vez que os documentos podem e precisam ser acessíveis à sociedade e à própria instituição. Assim, observa-se que, da produção de documentos pelos órgãos até o acesso à informação propriamente dito, é imprescindível a intervenção do Estado no que se refere à organização e salvaguarda dos mesmos – para o presente e para a posteridade, tornar o acervo acessível. Desta forma, neste país, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece em seu Art. 23 que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...]. (BRASIL, 1988, p.18)

É primordial que todos os agentes públicos estejam conscientes do valor dos documentos, principalmente como fonte informacional e de valor probatório. Sendo assim, é necessário no âmbito da instituição a elaboração e divulgação de métodos e diretrizes para a preservação de seu patrimônio documental.

De acordo com Schellenberg (2006, p.37), “para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo”. Numa instituição pública, como no caso da UFRJ, esse objetivo é refletido no cumprimento de sua missão oficial que é “contribuir

⁴⁰ Fonte: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/incendio-atinge-predio-da-reitoria-da-ufrj.html>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

⁴¹ Fonte: Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4)

⁴² Fonte: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão”⁴³. Ressalta-se que a UFRJ é a maior e mais antiga Universidade Federal do País, contendo em seus acervos documentos pertencentes às escolas que deram origem à mesma em 1920, assim como uma diversidade de acervos doados e que estão distribuídos nos vários arquivos setoriais e centros de memória da instituição.

Diante do problema apresentado acerca de como aplicar diretrizes de boas práticas de conservação preventiva de documentos na UFRJ, reduzindo riscos de perdas como nas ocorrências passadas, já citadas, e após conversas com os professores orientadores do presente trabalho, foram buscadas informações acerca da metodologia de gerenciamento de riscos, que apareceu como uma excelente opção de estratégia de redução de impactos provenientes de agentes causadores dos incidentes listados acima. De acordo com Leite (2021, p.16) a conservação preventiva pode ser compreendida como um dos âmbitos de estudo e atuação no campo da preservação. Já a gestão de riscos, como uma metodologia que contribui para o planejamento e a execução da administração da preservação como um todo, a partir de uma perspectiva gerencial, holística e preventiva.

De acordo com o Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (IBERMUSEUS; ICCROM, 2017, p. 16) a gestão de riscos abrange tudo o que fazemos para compreender e lidar com possíveis impactos negativos sobre nossos objetivos. Neste mesmo guia são apresentadas etapas do processo de gestão de riscos que são: contextualização, identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento.

Devido à magnitude da Instituição estudada, a necessidade de um trabalho intersetorial e interdisciplinar e as identificações e proposições de cada uma dessas etapas, foi decidido realizar o diagnóstico no âmbito do Arquivo Central da UFRJ, este que em sua composição atual conta com dois depósitos e cerca de 2.502,24 metros lineares de documentos físicos em suporte papel com data-limite entre 1920 e 2021. Vale ressaltar que o Arquivo Central também é responsável pela custódia do acervo micrográfico da UFRJ, assim como pela inclusão dos tipos documentais nato-digitais no sistema de negócios SEI-UFRJ, porém, devido ao curto cronograma, não serão abarcados nesta pesquisa.

Então, em concordância com a orientação do projeto, será realizado um diagnóstico como produto, contendo as etapas do processo de gestão de riscos nos espaços delimitados acima. Através desta proposta, espera-se, após

⁴³ Fonte: < <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/missao-visao-e-valores/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

a sua conclusão, endossar a importância junto à administração superior das aplicações necessárias contidas no produto, reduzindo a ação e os impactos dos agentes de deterioração, entendendo a magnitude dos riscos analisados, contribuindo assim para a manutenção do acervo e facilitação do acesso à longo prazo aos documentos.

2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO

Nesta seção discorreremos sobre os pilares teóricos fundamentais que norteiam a execução deste projeto. Em nossa proposta abordaremos o tema preservação do patrimônio documental arquivístico, suas relações necessárias com a gestão de documentos arquivísticos e as ramificações que teoricamente embasam o presente trabalho, que são a conservação preventiva de documentos e mais especificamente a gestão de riscos em arquivos.

A preservação, segundo Silva (1998) é entendida pelo seu sentido geral e abrangente. Seria, então, toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação. Silva (1998) ressalta a ideia de preservação como o “guarda-chuva”, onde se “abrigam” a conservação, a restauração e a conservação preventiva.

No âmbito da gestão de documentos, cabe apresentar primeiramente as definições compreendidas no campo da Arquivologia que dizem o que é documento e o que é documento de arquivo. De acordo com o Manual de Gestão de Documentos da Universidade de Brasília (2015, p. 9), “Documento é a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato. Documento de arquivo é o documento produzido ou recebido, no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado da tal atividade e retido para ação ou referência”.

Partindo para o conceito de Gestão de Documentos, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), em conformidade com a Lei n.º 8.159 de 08 de janeiro 1991 define como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 99).

Já o Dicionário de Terminologia Arquivística publicado pela AAB/SP (1996) conceitua como um conjunto de medidas e rotinas que garante o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade desde sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), com vistas à

racionalização e eficiência administrativas bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural.

De acordo com o histórico da Instituição estudada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) apresentado neste trabalho, há um grande volume de massa documental acumulada oriunda de décadas passadas, e isto se torna preocupante, pois o risco de perdas está mais próximo do que uma aplicação ampla de políticas arquivísticas. Schmidt (2012) diz que a gestão de documentos é um todo e o arquivista deve atuar não só com os documentos quando chegam aos arquivos como também durante os processos de criação.

Sem a aplicação das políticas de preservação, não há transparência institucional. Perdas são inevitáveis em quaisquer circunstâncias, porém sem estratégias de preservação as perdas são majoradas, e quanto mais perdas, menor é o acesso pleno que o usuário deveria obter. Para Beck (2006, p. 4) “preservar informação relevante requer atualmente o envolvimento de equipes multidisciplinares na seleção de preservação, no estabelecimento de prioridades com base no valor informacional, na demanda de uso e na vulnerabilidade do meio”. A partir destes dados podem ser definidas políticas que asseguram o acesso continuado.

Outro marco teórico a ser compreendido é uma das disciplinas da preservação que é a conservação preventiva.

Silva (1998, p. 9) diz que a conservação é “um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil, possibilitando o acesso por parte das gerações futuras”.

Podemos, então, definir conservação preventiva como um conjunto de medidas necessárias que atuam contra a deterioração do acervo documental com a finalidade de prevenir danos. Ela abarca o monitoramento das condições ambientais, a higienização, os procedimentos de manutenção e o planejamento para evitar a ocorrência de desastres.

De acordo com Silva (1998, p. 10) “conservação preventiva abrange não só a melhoria das condições do meio ambiente nas áreas de guarda de acervo e nos meios de armazenagem, como também cuidados com o acondicionamento e o uso adequado dos acervos, visando retardar a degradação de materiais”.

Dessa forma, com o emprego de ações de conservação preventiva, conseguiremos minimizar o processo de degradação do acervo documental, com a finalidade de possibilitar o acesso da sociedade a informações relevantes nele contidas.

Bojanoski (2018, p. 80) diz que “no processo de consolidação da conservação preventiva assistiu-se também a uma progressiva ampliação dos agentes associados aos processos de deterioração dos bens culturais. Como consequência deste avanço, surge o estudo de ferramentas que minimizam o impacto destes agentes, entre elas a gestão de riscos em arquivos”.

Então observamos que a gestão de riscos proporciona uma visão abrangente dos riscos, fornecendo ao gestor um conjunto de informações, bem próximo ao exato, de quais cuidados referentes aos agentes de deterioração identificados serão prioritários, pois de acordo a limitação de recursos que são observadas comumente em instituições, e conseqüentemente a dificuldade em adquirir recursos para o tratamento e acondicionamento de seus acervos, a gestão de riscos em arquivos fornecerá uma base sólida para tomadas de decisões acerca das prioridades que se tornam latentes em consequência daquilo que foi identificado.

Para que entendamos o que é gestão de riscos, é preciso compreender a definição do que é um risco. De acordo com a norma internacional ISO 31000:2009, *Risk mangement – Principles and guidelines* (Gestão de riscos – Princípios e diretrizes), diz que organizações de todos os tipos e tamanhos enfrentam influências e fatores internos e externos que tornam incerto se e quando elas atingirão seus objetivos. O efeito que essa incerteza tem sobre os objetivos da organização é chamado de "risco". De acordo com o Guia de Gestão de Riscos (IBERMUSEUS; ICCROM, 2017), risco pode ser definido como a chance de algo ocorrer causando um impacto negativo sobre nossos objetivos, ou seja, estas incertezas e possibilidades de algo ocorrer negativamente, dificultando o cumprimento do propósito de uma organização, precisam ser minimizadas para a redução de prejuízos, no nosso caso, em um acervo arquivístico.

Segundo Spinelli e Pedersoli (2010) o gerenciamento de riscos é uma ferramenta de gestão eficaz para otimizar a tomada de decisões dirigidas à conservação e uso do patrimônio cultural. Sua utilização fornece uma visão abrangente e simultânea dos diversos tipos de risco para o patrimônio, desde eventos emergenciais e catastróficos (grandes incêndios, enchentes etc.) até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua (enfraquecimento de suportes celulósicos, danos por insetos, corrosão por tintas ferrogálicas etc.). Spinelli e Pedersoli (2010) ressalta que a partir da identificação e análise desses riscos, é possível estabelecer prioridades de ação e alocação de recursos para mitigá-los.

Como a gestão de riscos se tornou uma importante ferramenta de gestão, normas internacionais foram elaboradas para desenvolver um padrão

de aplicação. Então surge a norma internacional ISO 31000:2009, *Risk management – Principles and guidelines* (Gestão de riscos – Princípios e diretrizes), que baseou o desenvolvimento de conceitos, etapas e ferramentas complementares especificamente para sua aplicação no setor de patrimônio cultural descritas no Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (IBERMUSEUS; ICCROM, 2017). A figura abaixo mostra as diferentes etapas do processo de gestão de riscos definido nesta norma (segmentos do círculo principal), assim como conceitos e ferramentas complementares desenvolvidos especificamente para sua aplicação no setor do patrimônio cultural (círculos periféricos menores).

Figura 1 – Processo de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural.



Fonte: ICCROM e CCI (2017, p. 18).

Diante deste conteúdo teórico apresentado e a descrição das práticas das ações que minimizam perdas no acervo, foi inevitável reconhecer um caminho para gerir de forma eficiente os riscos apresentados no Arquivo Central da UFRJ. Há uma necessidade latente de identificação, avaliação e tratamento dos riscos, porém não há possibilidade de execução sem a ordenação de prioridades e saber detalhadamente aquilo que precisa ser enfrentado.

3 DESENVOLVIMENTO

Durante os seus 100 anos de história, a Universidade Federal do Rio de Janeiro foi ampliando sua estrutura acadêmica e administrativa. Com isso

houve um crescimento exponencial na produção documental. Diante deste quadro observou-se que as políticas de gestão arquivística, e consequentemente de preservação, não acompanharam paralelamente tal crescimento. Nas últimas décadas foram concentrados esforços para o tratamento de todo o passivo acumulado, não apenas nos depósitos do Arquivo Central, mas de todos os depósitos que contém documentos arquivísticos nas unidades da UFRJ, porém o avanço nas políticas arquivísticas ainda não foi suficiente para contemplar todas as atividades de preservação documental da instituição.

Diante das tragédias recentes supramencionadas, que acarretaram perdas irreparáveis ao acervo arquivístico, observaram-se fragilidades que poderiam ser minimizadas caso houvesse a aplicação de boas práticas, oriundas de uma política institucional. Ações de preservação, especificamente de conservação preventiva, se tornam indispensáveis neste momento para que não haja mais prejuízo no seu patrimônio arquivístico e de sua memória.

Com a criação de um Diagnóstico com a aplicação das etapas de um Plano de Gestão de Riscos, haveria uma proposição para o tratamento destes espaços de arquivo, pois se trata de um instrumento inexistente na instituição que, sendo produzido, abarcaria um conjunto de diretrizes necessárias para preservação do acervo. Acrescentando a toda pauta positiva apresentada, é um produto que contribui para o fortalecimento do Sistema de Arquivos (Siarq-UFRJ) e da própria Universidade.

Assim como outros trabalhos na área da Arquivologia, de grande abrangência institucional, que têm sido produzidos nos últimos anos, este viria ser adicionado a um conjunto de medidas necessárias para a construção de uma política consistente na gestão dos arquivos. Quanto maior a produção intelectual oriunda dos profissionais de arquivo da instituição, maior é o reconhecimento da administração superior e consequentemente o despertamento para a necessidade de cuidados e investimentos.

Como pretendemos elaborar um instrumento técnico como produto de uma análise proposta por um estudo de caso, esta pesquisa pode ser caracterizada como uma pesquisa social aplicada de cunho qualitativo, exploratória com levantamento bibliográfico, pesquisa documental, coleta de dados, natureza aplicada e observação do participante. O objetivo é apresentar um diagnóstico com estratégias para a preservação do arquivo da UFRJ, especificamente estudando os dois depósitos de documentos submetidos à coordenação do Arquivo Central da UFRJ. A seguir serão apresentados cada objetivo específico, descrevendo os procedimentos metodológicos para alcançá-los.

- Estudarmos o tema de Conservação Preventiva para documentos analógicos em suporte papel e Gestão de Riscos em Arquivos estabelecidos na literatura através de levantamento e pesquisa bibliográfica. O projeto segue a linha teórica preservação, conservação preventiva e gerenciamento de riscos em Arquivos, perpassando por alguns autores fundamentais da Arquivologia.
- Realizarmos análise do contexto que está inserido o acervo arquivístico dos depósitos do Arquivo Central da UFRJ, assim como identificarmos os agentes de deterioração, as camadas de envoltório e os tipos de risco, analisarmos os riscos identificados, avaliarmos os níveis de prioridade de tratamento.
- Propormos medidas eficazes para eliminar e reduzir riscos: Pretendemos redigir um instrumento técnico-científico contendo as proposições oriundas das etapas do processo de Gestão de Riscos selecionadas e encerramento das pesquisas bibliográfica e documental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste projeto, identificamos que um diagnóstico trazendo um conjunto de informações referentes à aplicação das etapas da Gestão de Riscos, auxiliará na concepção de uma política de preservação de documentos. Dentro da instituição há um longo caminho a ser percorrido, pois diante das novas tecnologias e novos suportes documentais, a continuidade de aplicação deste método apresentado traz uma perspectiva de haver uma cultura de planejamento estratégico para a condução das políticas de gestão de riscos em arquivos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005, 232 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 31000: gestão de riscos: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR ISO 31000: gestão de riscos: diretrizes**. Rio de Janeiro, 2018.

BECK, Ingrid. **O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional**. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**.

2018. 292 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

IBERMUSEUS; ICRROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property); CCI (Canadian Conservation Institute). **Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico**. Co-criação de Pedersoli Jr., José Luiz; Antomarchi, Catherine; Michalski, Stefan. Tradução: José Luiz Pedersoli Jr. Roma: ICCROM, 2017.

LEITE, Bruno Ferreira. **O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Orientadora: Profa. Dra. Angelica Alves da Cunha Marques; Coorientadora: Profa. Dra. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares. 2021. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção de seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 Folhas. Tese (Doutorado)–Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2012.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Sergio Conde de Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

SPINELLI JR, Jayme; PEDERSOLI JR., José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência** /– Ed. rev. – Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.